



AS MÚLTIPLAS DIVISÕES TERRITORIAIS DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE E SUA (DES) ARTICULAÇÃO

Claudio Machado Maia¹
Rainer Randolph²
Indianara Cristina Bigaton³

Resumo

Este artigo apresenta alguns tipos de regionalizações, sobretudo, aquelas existentes na região oeste de Santa Catarina, assim como, a relação delas com a operacionalização dos consórcios intermunicipais. A localidade objeto deste estudo é a região do Alto Uruguai Catarinense, a qual está inserida na Mesorregião Oeste e microrregião de Concórdia, composta por 16 municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Em relação aos procedimentos metodológicos, partiu-se de uma breve revisão teórica sobre organizações territoriais regionais, tais como delimitações políticas administrativas feitas pelo IBGE, com Mesorregião e Microrregião, pelo Ministério do Desenvolvimento

Recebimento: 10/11/2017 • Aceite: 10/12/2017

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Titular do Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó/SC, Brasil. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

² Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pelo Universitat Erlangen-Nurnberg (Friedrich-Alexander), Alemanha. Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ) e da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó/SC, Brasil. E-mail: rainer.randolph@gmail.com

³ Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Empresária no ramo de Consultoria e Assessoria na Elaboração de Projetos e Captação de Recursos. E-mail: indianarac@hotmail.com

Agrário por meio dos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais e as Associações de Municípios e Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), seguido do estudo. Descreve-se essas formas de divisão territoriais, conforme a política adotada por cada instituição. Como resultados, percebe-se que essas instituições não dialogam entre si, fazendo com que cada divisão siga os interesses institucionais desconsiderando as já possíveis divisões do território.

Palavras-Chave: Divisão territorial. Alto Uruguai Catarinense. Territórios.

THE MULTIPLE TERRITORIAL DIVISIONS OF THE ALTO URUGUAI REGION OF SANTA CATARINA AND ITS (DIS) ARTICULATION

Abstract

This article presents some types of regionalization, especially those existing in the western region of Santa Catarina, as well as their relationship with the operation of intermunicipal consortia. The locality of this study is the region of Alto Uruguai Catarinense, which is inserted in the West Meso-region and the microregion of Concórdia, composed of 16 municipalities: Alto Bela Vista, Arabutá, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Regarding the methodological procedures, a brief theoretical revision was made on regional territorial organizations, such as administrative political delimitations made by the IBGE, with Meso-region and Microregion, by the Ministry of Agrarian Development through the Territories of Citizenship and Rural Territories and Associations of Municipalities and Regional Development Agencies (ADRs), followed by the study. These forms of territorial division are described, according to the policy adopted by each institution. As a result, we can see that these institutions do not dialogue with each other, causing each division to follow institutional interests, disregarding the already possible divisions of the territory.

Keywords: Territorial division. Alto Uruguai Catarinense. Territories.

Introdução

A região Oeste de Santa Catarina passou a ser conhecida dos colonizadores no ano de 1641 quando o primeiro grupo de bandeirantes paulistas passaram na região a caminho do Rio Grande do Sul (ROSSETTO, 1995). Entretanto, conforme destacam Rossetto (1995) e Alba *et al.* (2015), a região foi marcada por duas grandes disputas: a primeira entre o Brasil e a Argentina, ainda no século XIX, referente ao Tratado de Tordesilhas, de Madri e Santo Idelfonso. Essa disputa foi resolvida a favor do Brasil pelo juízo arbitral dos Estados Unidos, em 1884. A segunda disputa pelo território do Oeste foi entre os estado do Paraná e Santa Catarina, devido à indefinição dos limites territoriais entre os estados. O conflito teve fim no ano de 1917, com a Lei nº 1.147 de 25 de agosto, promulgada pelo Presidente da República Venceslau Braz, o qual integrou, em definitivo, o território ao estado de Santa Catarina. Concomitantemente à disputa entre os estados, houve a Guerra do Contestado, relacionada à posse de terra entre grupos sociais marginalizados e as oligarquias dos coronéis que controlavam o poder local.

Sobre a Guerra do Contestado, importa destacar que:

tendo eclodido sob forma de luta armada em meados de 1912, com duração de quatro anos, o episódio de “Guerra do Contestado”, é um marco histórico de extrema importância no processo de evolução e transformação de estrutura socioeconômica de toda essa imensa região colonial catarinense. O movimento de insurreição de “jagunços” e caboclos alastrou-se, com efeito, em terras de cinco microrregiões homogêneas do Estado: Campo de Lages, Campos de Curitiba, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas (ROSSETTO, 1995, p. 11).

Com base em uma análise histórica sobre a Guerra do Contestado, é possível evidenciar que outros fatores que também desencadearam a briga pelo território Oeste foram as riquezas de ervamate e araucárias. Todos esses conflitos tardaram o processo de colonização da região que, posteriormente, foi colonizada por descendentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul, com incentivo para pequenas propriedades agrícolas, com cerca de 30 hectares. A topografia da região Oeste favoreceu a agricultura familiar de

subsistência com venda dos excedentes ao mercado local. Com o fomento das agroindústrias, os agricultores familiares passaram a atender as agroindústrias da região no sistema de parcerias ou de integração (ALBA *et al.*, 2015, p. 44-46). Ainda, segundo os autores, o Oeste Catarinense é uma região agropecuária com intensa atuação para o agronegócio, com empresas reconhecidas mundialmente.

A região do Alto Uruguai Catarinense⁴ é composta pelos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. A população da região do Alto Uruguai Catarinense, segundo dados IBGE (2010) totaliza 145.853, com área de unidade territorial de 3.312,961 km² (IBGE, 2015), perfazendo uma densidade demográfica de 44,02 hab./ km². A economia tem forte influência da agricultura e da pecuária, tendo na formação de seu Produto Interno Bruto (PIB), os produtos primários de produção de suínos e aves, que mantêm os produtores morando na área rural. Há também uma significativa gama de produtos retirados do solo como soja, milho, feijão e trigo. As propriedades são minifúndios e a maioria pertence à agricultura familiar. O Quadro 1, a seguir contém informações sobre extensão territorial, população e IDH que compõem a microrregião.

⁴ Nessa descrição dos municípios considera-se o formato de território que mais foi comum entre as formas de territorialização.

Quadro 1: Extensão territorial, população, IDH e economia dos municípios

MUNICÍPIO	EXTENSÃO TERRITORIAL (KM ²)	POPULAÇÃO	IDH
Alto Bela Vista	103,98	2.005	0.755
Arabutã	133,295	4.193	0.733
Arvoredo	90,71	2.266	0.715
Concórdia	799,449	68.621	0.8
Ipira	154,565	4.752	0.736
Ipumirim	247,717	7.220	0.738
Irani	325,737	9.531	0.742
Itá	165,869	6.426	0.771
Jaborá	182,154	4.041	0.732
Lindóia do Sul	188,636	4.642	0.743
Paial	85,757	1.763	0.718
Peritiba	95,842	2.988	0.766
Piratuba	145,976	4.786	0.758
Presidente Castello Branco	65,605	1.725	0.77
Seara	310,981	16.936	0.779
Xavantina	216,688	4.142	0.749

Fonte: IBGE (2010, 2015, 2016).

Abordar as divisões territoriais de uma região requer uma análise referente as suas formas de organizações. Maia (2014) afirma que estudos mais recentes sobre território como uma criação coletiva e institucional resultam de uma mobilização de atores sociais de determinado espaço geográfico e procuram identificar-se e resolver problemas em comum.

Devem-se considerar diversas disciplinas. A ciência política (via conceito de poder), a geografia (como disciplina do espaço social), a sociologia (tratando das relações sociais), a história e a economia (como interpretadoras da gênese da evolução das economias dos territórios), entre outras possibilidades de interpretação (MAIA, 2014, p. 127).

A Secretaria do Desenvolvimento Territorial e do extinto⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário, compreende território como,

⁵ O Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2016, passou a incorporar o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDA/MDT, 2005, p. 28).

Muitos outros conceitos ou noções sobre território são tratados no meio acadêmico, porém para esse estudo identificam-se esses dois para permear as análises. Com base nesses conceitos, percebe-se que o Oeste Catarinense é marcado por várias divisões territoriais, conforme segue descrição.

Divisões do território do Alto Uruguai Catarinense

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ao IBGE, em 1987, foi delegada a tarefa de produzir a divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões. Essa divisão regional institucionalizada para fins estatísticos e geográficos teve como base os limites políticos-administrativos e limites estaduais e municipais. As unidades da federação foram o universo dessa pesquisa e, posteriormente, fator responsável sobre sua divisão através de processo analítico, identificando as escalas regionais, as mesorregiões e, por fim, as microrregiões (IBGE, 1990, p. 7). Ainda, de acordo com o IBGE, pode-se definir:

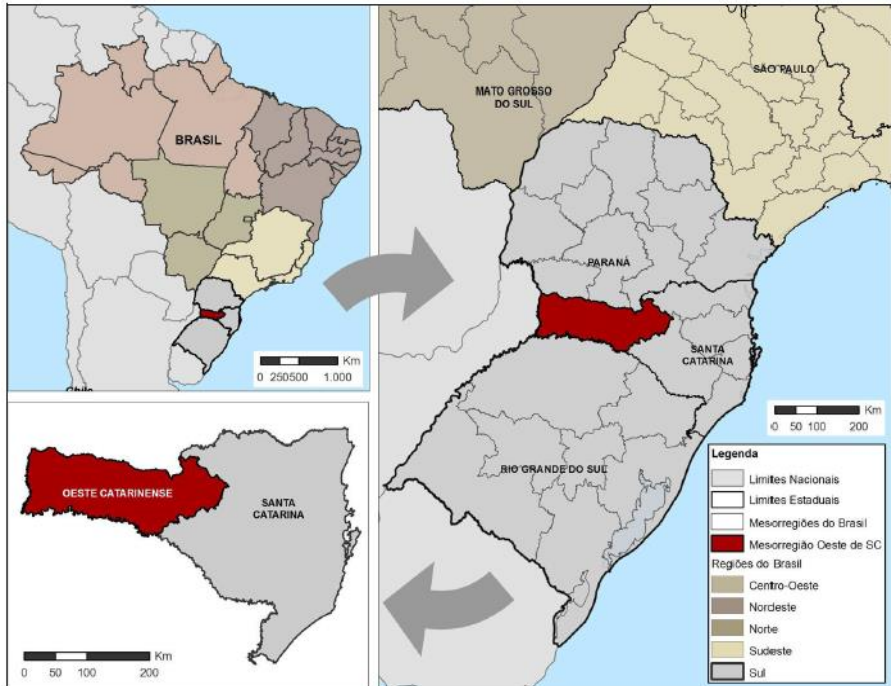
Mesorregião uma área individualizada e em uma unidade da federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elementos da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional.

Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou.

As *microrregiões* foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço [...] A estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante constituindo-se pela produção propriamente dita distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Dessa forma ela expressa a organização do espaço a nível micro ou local (IBGE, 1990, p. 8, grifo do autor).

O estado de Santa Catarina foi dividido em seis mesorregiões formadas por 20 microrregiões: Mesorregião da Grande Florianópolis – Microrregião de Florianópolis, Microrregião de Tabuleiro, Microrregião de Tijucas; Mesorregião do Norte Catarinense – Microrregião de Canoinhas, Microrregião de Joinville, Microrregião de São Bento do Sul; Mesorregião do Oeste Catarinense – Microrregião de Chapecó, Microrregião de Concórdia, Microrregião de Caçador, Microrregião de São Miguel do Oeste, Microrregião de Xanxerê; Mesorregião Serrana – Microrregião de Campos de Lages, Microrregião de Curitiba; Mesorregião do Sul Catarinense – Microrregião Araranguá, Microrregião de Criciúma, Microrregião de Tubarão; Mesorregião do Vale do Itajaí – Microrregião de Blumenau, Microrregião de Itajaí, Microrregião de Ituporanga, Microrregião de Rio do Sul (IBGE, 1990).

A Mesorregião do Oeste Catarinense é composta por 118 municípios e faz divisa com as mesorregiões do Norte Catarinense e Serrana, bem como com o estado do Paraná e do Rio Grande do Sul e, ao Oeste, divisa com a Argentina. Veja a Figura 1, a seguir:

Figura 1: Mapa da Mesorregião do Oeste

Fonte: IBGE (2010).

A região do Alto Uruguai Catarinense, objeto desse estudo, está dentro da Mesorregião Oeste e microrregião de Concórdia, composta por 16 municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina.

Territórios da Cidadania e Rural

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou formalmente, no ano de 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual tem sob sua responsabilidade aspectos estruturais da estratégia de desenvolvimento rural e de apoio ao ambiente do desenvolvimento da agricultura familiar (ECHEVERRI, 2010, p. 88). De acordo com Echeverri (2010),

a SDT estabelece como sua missão, apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e promover a implementação de políticas públicas. Nesta definição é estabelecido o conceito de território rural como eixo central das ações de desenvolvimento rural (ECHEVERRI, 2010, p. 89).

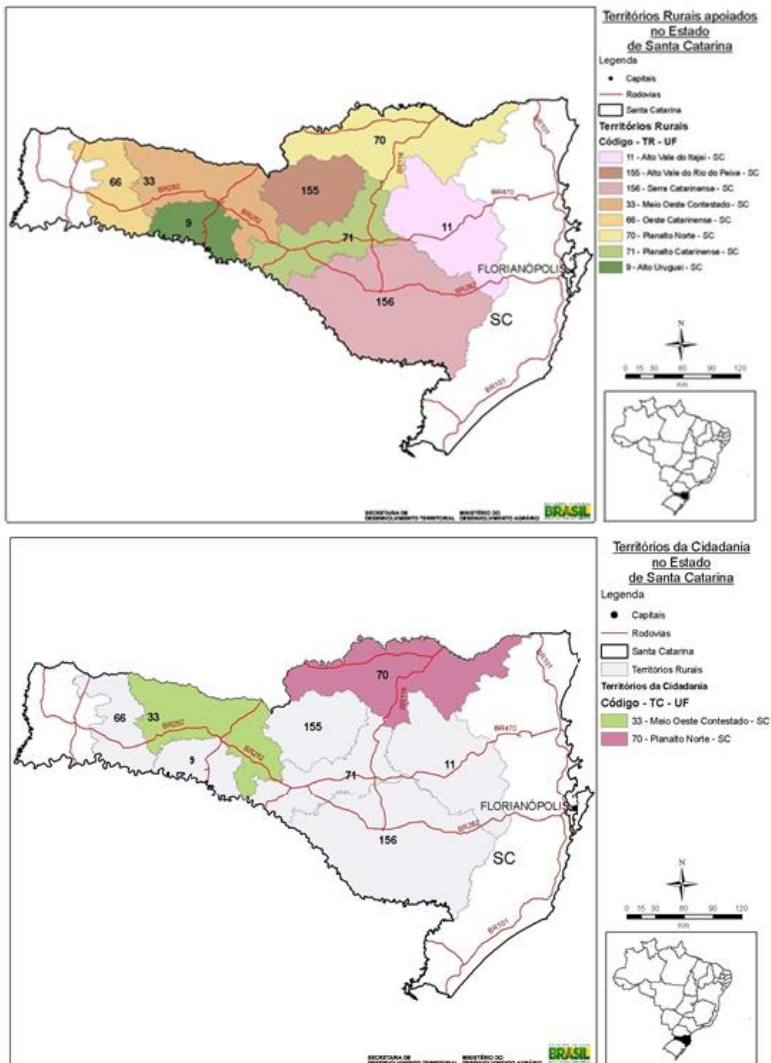
Os territórios rurais têm como objetivo a integração do rural com o urbano, desenvolvimento rural nos aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, bem como introdução do tema da identidade e sua relação com coesão social. “O território como unidade, seu caráter multidimensional e a identidade como estruturante, constitui um avanço que confere prioridade e precisão ao conceito de desenvolvimento rural” (ECHEVERRI, 2010, p. 90).

Ainda de acordo com Echeverri (2010), foi no ano de 2007, que os territórios rurais conseguiram alcançar um grau de importante maturidade, sendo identificadas debilidades no processo, como, por exemplo, não somente a inserção de uma economia de renda e emprego, mas também como desenvolvimento da cidadania. Desta forma, tem-se a necessidade de uma nova estratégia e criam-se os Territórios da Cidadania. Ainda que se considere os territórios rurais como parte de um projeto de integração, podendo somente ser compreendido em relação à coesão social, cabe, da mesma forma, destacar que,

Os programas se relacionam mais diretamente com as metas de superação de pobreza e se identifica como uma estratégia diferenciada para atenção às populações mais vulneráveis, tanto em termos regionais, como grupos social. Especificamente, é proposta a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda por meio da inclusão produtiva dos mais pobres, a integração das políticas públicas em marco de planejamento territorial, ampliação de mecanismos de participação social e de universalização da oferta de programas de cidadania, ou seja, de reconhecimento e garantia de direitos (ECHEVERRI, 2010, p. 105).

Na política adotada para fomentar as políticas de desenvolvimento territorial rural e de cidadania, a região Oeste de Santa Catarina se caracteriza conforme divisão abaixo, nomeadamente na Figura 2, Territórios Rurais e da Cidadania em Santa Catarina.

Figura 2: Mapa dos Territórios Rurais e da Cidadania



Fonte: Sistema de Informação Territorial (MDA) (2016).

A região do Alto Uruguai Catarinense está inserida apenas no Território Rural, composto por 16 municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Segundo o último Censo Demográfico de 2010 (IBGE), o Território do Alto Uruguai Catarinense possuía uma população de 145.737 habitantes e uma densidade demográfica de 43,8 hab./Km², pouco abaixo dos 64,8 hab./Km² do estado de Santa Catarina e bem acima dos 21,7 hab./Km² do Brasil.

Agências de Desenvolvimento Regional (ADR)

Em Santa Catarina, pode-se verificar várias formas de organizações que visam ao desenvolvimento regional, por meio de delimitações de territórios. Bandeira (1999) descreve o sistema adotado pelo estado, através das Associações de Municípios e o antigo Fórum Catarinense de Desenvolvimento. Ambas têm por objetivo a mobilização da sociedade civil para atribuir ações de desenvolvimento regional.

O estado de Santa Catarina criou as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Esse plano Catarinense de Desenvolvimento foi idealizado pelo governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, em seu primeiro mandato (2003 a 2006). O plano foi elaborado pelo Instituto Celso Ramos e a Secretária do Planejamento. Seus objetivos principais foram a descentralização e o desenvolvimento regional sustentável (THEIS; BATISTA, 2008). Esse modelo teve por base um curso em administração pública realizado pelo governador quando era prefeito de Joinville:

no mandato de 1997-2000, foi à Alemanha fazer um curso de administração pública; lá conheceu a metodologia da descentralização que já era utilizada naquele país em certas regiões, bem como no norte da Europa em alguns países (FRANÇA, MANTOVANELI e SAMPAIO, 2012 p. 190).

Nessa proposta de reengenharia na estrutura governamental, tem-se a busca pela regionalização, descentralizando da capital do estado a estrutura do governo. Dentro desse processo, há o Conselho de Desenvolvimento Regional que é constituído por prefeitos e órgãos da comunidade e as Secretarias como elo entre o governo do estado e comunidade, sendo elas os locais oficiais para promoção do

desenvolvimento regional (FRANÇA, MANTOVANELI e SAMPAIO, 2012). Atualmente, as SDRs foram transformadas em Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs); no entanto, continuam com as mesmas estruturas, sendo 36 ADRs, conforme a Figura 3 abaixo.

Figura 3: Mapa das Agências de Desenvolvimento de Santa Catarina



22ª - Araranguá	07ª - Joaçaba
15ª - Blumenau	23ª - Joinville
36ª - Braço do Norte	27ª - Lages
16ª - Brusque	19ª - Laguna
10ª - Caçador	25ª - Mafra
08ª - Campos Novos	02ª - Maravilha
26ª - Canoinhas	29ª - Palmitos
04ª - Chapecó	32ª - Quilombo
06ª - Concórdia	12ª - Rio do Sul
21ª - Criciúma	28ª - São Joaquim

11ª - Curitibaanos	03ª - São Lourenço do Oeste
30ª - Dionísio Cerqueira	01ª - São Miguel do Oeste
18ª - Grande Florianópolis	33ª - Seara
14ª - Ibirama	34ª - Taló
17ª - Itajaí	35ª - Timbó
31ª - Itapiranga	20ª - Tubarão
13ª - Ituporanga	09ª - Videira
24ª - Jaraguá do Sul	05ª - Xanxerê

Fonte: Saúde SC (2016).

Nesse processo de regionalização, cabe ao Secretário de cada ADR levar ao governo as demandas de sua região; porém, sem autonomia para definir de fato as prioridades da região, fica ao entendimento do Estado a decisão final. Nesse sentido França, Mantovaneli e Sampaio (2012, p. 121) analisam: “Isto relativiza o que formalmente seria uma real descentralização não ultrapassando o nível do exercício formal de desconcentração.” Sendo o Estado detentor exclusivo das efetivas ações regionais, empiricamente, nota-se essa

discrepância de distribuições de recursos, indo a contraponto de muitos conceitos relacionados sobre forma de desenvolvimento regional x sustentável x territorial.

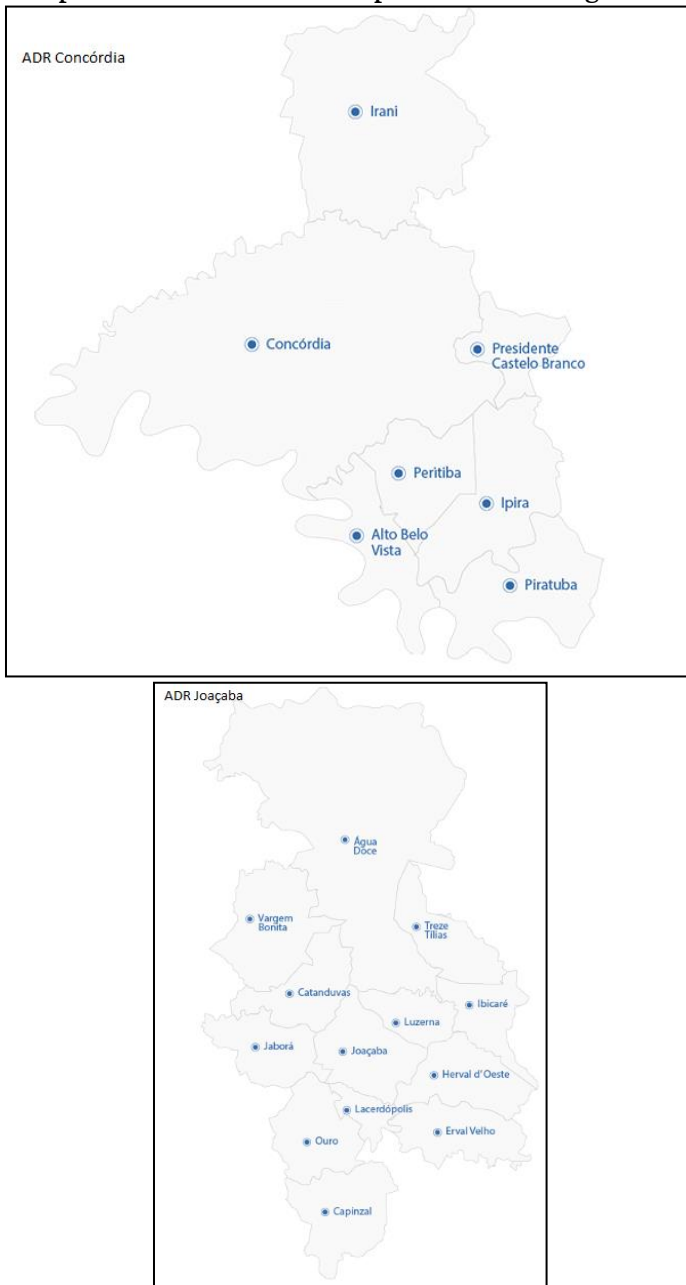
Na pesquisa realizada, França, Mantovaneli e Sampaio, descrevem que pelo fluxo de funcionamento das SDRs, a vinculação política não deveria ser um fator de influência frente às políticas.

Entretanto, em entrevista foi revelado que, sendo a SDR uma parte do poder e está, caracterizada por ele, nos bastidores e de forma muito sutil, acaba ocorrendo este tipo de influência. O que ocorre é que os conselheiros, quando perguntados sobre esta questão, traduzem sua impressão com muita cautela e tentam desviar o olhar do real sentido da pergunta que implica em compreender se existe ou não fisiologismo nas relações dentro do conselho da SDR, propiciado por esfera política superior (FRANÇA, MANTOVANELI e SAMPAIO, 2012 p. 123).

Portanto, nesta abordagem, Neto e Borges (2011, p. 45) analisam que “o planejamento regional no Brasil [...] é um cenário de embates e de priorização por parte do Estado, que tem arbitrado aquilo que é ‘necessário’ da ótica das possibilidades técnicas e políticas”.

Os municípios do Alto Uruguai Catarinense não estão inseridos nas mesmas ADRs, ficando sua divisão, conforme identificado na Figura 4:

Figura 4: Mapa das ADRs dos municípios do Alto Uruguai Catarinense





Fonte: Santa Catarina (2016).

Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)

As associações dos municípios surgem da necessidade dos municípios para pressionar os governos federal e estadual para problemas básicos entre os municípios vizinhos. Segundo Butzke (2007),

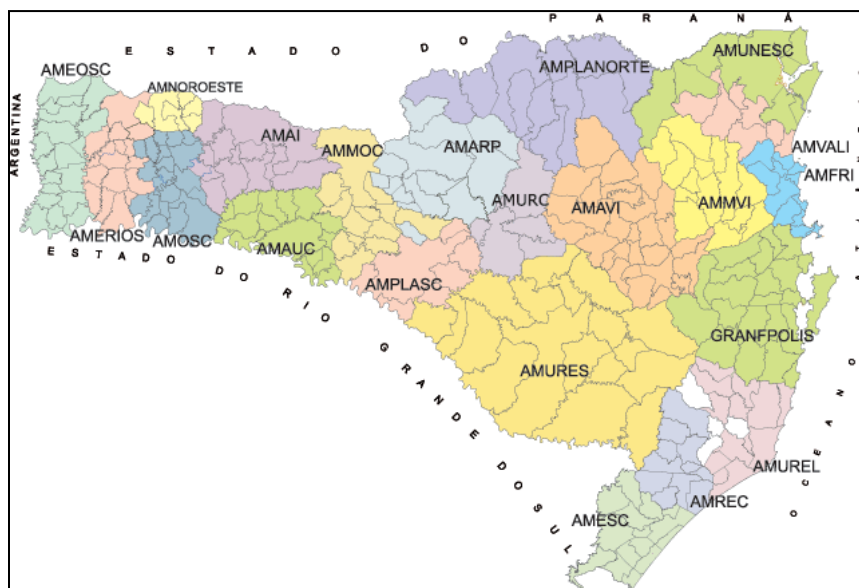
Elas buscavam aumentar o poder reivindicatório dos municípios junto aos órgãos governamentais, tendo em vista a resolução de problemas conjunturais compartilhados - abastecimento de água, poluição atmosférica, transporte, pobreza e êxodo rural, captação de investimentos e gestão de recursos naturais, entre outros (BUTZKE, 2007, p. 15).

Para Marques e Dias (2003), as Associações por meio de seus estatutos manifestavam a necessidade sentida pelos prefeitos de integrar municípios para fortalecer a região perante ao estado devido às necessidades de infraestrutura para o desenvolvimento regional.

As associações de municípios são entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e com estatuto próprio aprovado em assembléia. No estado de Santa Catarina,

os prefeitos são os presidentes das associações. Atualmente, são 21 associações de município no estado, conforme o mapa constante da Figura 5:

Figura 5: Mapa das associações de municípios em Santa Catarina



Fonte: FECAM (2015).

A Associação do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) foi a 14^a associação a ser reconhecida pelo estado de Santa Catarina com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)⁶. Sua fundação foi em 7 de maio de 1976 e era composta pelos municípios de Concórdia, Ipumirim, Seara, Xavantina e Itá.

Assim como as demais associações, possui o intuito de fortalecer a integração administrativa, econômica, social e desenvolvimento através de planejamento microrregional, bem como prestação de assistência técnica e serviços em diversas áreas.

⁶ A Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) foi criada a partir da Lei nº 5.365, de primeiro de dezembro de 1967, a partir da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste. Criada a partir de um movimento nacional, surgiu para fomentar o desenvolvimento da região Sul. Tinha como pretensão, planejar e promover a execução do desenvolvimento da região e coordenar e controlar a ação federal na área (GOULARTI FILHO *et al.*; 2013).

No ano de 1977, a Associação iniciou com os municípios de Presidente Castello Branco, Ipira, Piratuba e Peritiba e, no ano de 1978, os municípios de Irani e Jaborá começaram fazer parte. Já nos anos seguintes, associavam-se a AMAUC, o então emancipado município de Lindoia do Sul e, no ano de 1991, o município de Arabutã. Em 1992, Arvoredo emancipou-se de Seara e, posteriormente, Paial e Alto Bela Vista emancipados de Concórdia.

Esses municípios ficaram organizados desta forma até o ano de 2012, quando Arvoredo se desassociou da AMAUC e passou a pertencer a Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina, devido à proximidade geográfica a sua sede, o município de Chapecó, alterando assim, a organização do território até aquele momento. Sobre esse assunto, “territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas podendo ser de caráter permanente, mas também podendo ter uma existência periódica cíclica – séculos, décadas, anos, meses ou dias” (MAIA *et al.*, 2012, p. 19). Ainda, de acordo com Maia (2012), neste processo de associação, ainda que as políticas de desenvolvimento se apresentem como um fenômeno com características comuns em nível regional, localmente revestem-se das singularidades próprias de cada contexto.

Sendo assim, os 15 municípios associados, passam a ser: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindoia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina, com sede no município de Concórdia.

A AMAUC é administrada por uma secretária executiva que coordena e executa as atividades determinadas pelas assembleias dos prefeitos. Os municípios associados são mantenedores da entidade com repasse de mensalidade proporcional ao valor recebido dos impostos do Governo Federal.

Por iniciativa e sob responsabilidade da AMAUC, existem quatro consórcios intermunicipais: Consórcios Lambari (Multifinalitário), CisAmauc (Saúde), Consórcio Integrar (Infraestrutura Urbana e Rural) e Casa Lar Pequeno Príncipe (Sócio-Assistencial), conforme Quadro 2. Segundo Caldas (2007, p. 54) os consórcios intermunicipais são organizações capazes de articular políticas públicas setoriais com políticas territoriais, possibilitando, desta forma, a territorialização de políticas públicas setoriais. Efetivamente,

O Consórcio Intermunicipal é um instrumento, que pode organizar a solução de problemas comuns a estes municípios; é uma

inovação no âmbito das políticas sociais. Esta instituição permite a somatória de recursos financeiros, materiais e humanos, de conhecimentos, de ideias e de sugestões e, acima de tudo, organiza a força política para atuar na busca de alternativas aos problemas; e, o que é mais importante, possibilita ao gestor uma visão regional fundamental para administrar nos dias de hoje (CRUZ, 1992, p. 2).

Quadro 2: Consórcios da AMAUC

CONSÓRCIO	FINALIDADE	MUNICÍPIOS
Consórcio Lambari	Desenvolver Gestão Ambiental participativa	Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina
CisAmauc	Prestação de Serviços à Saúde Especializada	Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina
Consórcios Integrar	Melhoria de infraestrutura rural e urbana	Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco.
Casa Lar Pequeno Príncipe	Prestar serviço sócio-assistencial de alta complexibilidade, servindo de abrigo a crianças e adolescentes com direitos violados ou ameaçados.	Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul

Fonte: adaptado de AMAUC (2015).

Esses consórcios são públicos com personalidade jurídica de direito público e integram a administração indireta de todos seus entes federados. A administração desses consórcios fica a cargo de parte da equipe técnica da AMAUC.

Considerações Finais

O presente estudo buscou caracterizar algumas das divisões territoriais da região do Alto Uruguai Catarinense. Essas formas independentes aparentemente não dialogam entre si, formando, assim, múltiplos territórios com organizações políticas administrativas distintas. Fica evidenciado que a falta de diálogo entre as instituições faz com que a região seja “fatiada” sob diversos interesses políticos, geográficos, sociólogos, históricos e econômicos. Essa pluralidade – ao mesmo tempo que trabalha diversas áreas, talvez se unificadas por interesse único, ou seja, o desenvolvimento da própria região – poderia em longo prazo obter maior sucesso no que tange à eficiência na capacidade técnica das equipes e organizações.

A mobilização de várias instituições em prol de uma região, com hipótese de divisão de forma única, pode ser fortalecida através da capacidade técnica, e financeira dessas instituições. Também possibilitaria uma análise completa das potencialidades e fragilidades da região, e assim maior potencial de enfrentamento das dificuldades e desenvolvimento as suas potencialidades.

Outra situação identificada, é o “engessamento” desses territórios, uma vez que a determinação destes é designado de uma política horizontal, ou seja de cima para baixo. Esse é um problema, uma vez que municípios localizados dentro de uma mesma região tem suas especificações, as quais podem não atender a política em qual está inserida. Destas apresentadas, apenas nas Associações de Municípios, que os entes municipais tem autonomia para migrar para outras associações, ou até mesmo não participar se caso for sua vontade, também a exemplo dos consórcios intermunicipais.

Essas divisões territoriais devem ser melhores estudadas a fim de identificar se elas são eficazes e estão contribuindo para municípios e suas regiões.

Referências

ALBA, Rosa Salete; *et al.* Dinâmica populacional no oeste catarinense: Indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: Marlon Brandt; Ederson Nascimento. (Org.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem.** São Carlos: Pedro & João Editores; Chapecó, UFFS, 2015. 242 p.

AMAUC. Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense. **Amauc.** Disponível em: <<http://www.amauc.org.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional**. IPEA. Textos para discussão, n. 630, fev. 1999.

BUTZKE, Luciana. **O papel das Associações de Municípios na dinâmica de Planejamento Regional e Urbano em Santa Catarina. Estudo de caso sobre A Trajetória da Associação dos Municípios do Alto Vale Do Itajaí**. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (Dissertação). Florianópolis, Santa Catarina. 2007. 104 p.

CALDAS, Eduardo. **A Formação de agendas Governamentais: o caso dos Consórcios Intermunicipais**. (Tese). São Paulo: Departamento de Ciências Políticas Universidade de São Paulo. 2007. 227 p.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. **O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microregião de Penápolis como Instrumento de Viabilização dos Sistemas Locais de Saúde**. (Dissertação). São Paulo: Escola de Administração de Empresa de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, São Paulo. 1992. 103 p.

ECHEVERRI, R. Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da cidadania. In: FAVARETO et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**, IICA, Brasília: 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

FECAM. Federação Catarinense de Municípios. **Guia dos Municípios Catarinenses**. Disponível em: <<http://guia.fecam.org.br/associacoes/index.php>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FRANCA, Luciano Marcelo; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; SAMPAIO, Carlos Alberto C.. **Governança para a territorialidade e sustentabilidade: a construção do senso de regionalidade**. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 111-127, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas**. Volume 1, Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Divisão Regional**. Brasília. 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#geociencias>. Acesso em: 11 ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

LIMA, José Dantas de. **Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal – Instrumento de Integração Regional**. 1. ed. João Pessoa - PB: ABES, 2003.

MAIA, Claudio Machado. Um ensaio sobre a noção de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional. In: GEHLEN Ivaldo; RIELLA, Alberto. **Território e Sociedade: perspectivas teórico-metodológicas e evidências empíricas**. 1 ed. Porto Alegre : Tomo Editorial Ltda, 2014.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região Oeste. In: Centro de Organização da memória Sócio-Cultural do Oeste. (Org.). **Para uma história do este catarinense: 10 anos Chapecó**: UNOESC, 1995. 336 p.

SDT/MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. 2005. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/SDT_Doc1.pdf>, Acesso em 15 de Abril. de 2016.

Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. **Descentralização - 36 SDRs**. Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=825&Itemid=245>. Acesso em: 12 dez. 2016.

THEIS, Ivo M. BATISTA, Lahra. **A Evolução Recente do Sistema de Planejamento de Santa Catarina: As Iniciativas Governamentais de Planejamento**. Anais do II Encontro de Economia Catarinense. 24, 25 e 26 de abril de 2008. Chapecó, 2008.